



OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ

CNPJ nº 28.068.005/0001-75

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ

CNPJ 28.068.005/0001-75

Demonstrações Contábeis
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025
e Relatório do auditor independente

Conteúdo

Relatório de atividades da administração

Quadro I - Balanço patrimonial

Quadro II - Demonstração do resultado do período

Quadro III - Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro IV - Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis



Relatório de atividades da administração 2025

Senhores membros associados,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar a V.Sas., as demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas, devidamente acompanhadas do relatório do auditor independente, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Ressaltamos que a Obras Passionistas São Paulo da Cruz, é uma associação de fins não econômicos, de caráter beneficente, educacional, de assistência social, cultural e científico, de promoção humana e filantrópica, que ao longo dos anos vem realizando suas atividades fundamentadas nos direitos e valores fundamentais e nos valores religiosos. A entidade desenvolve atividades educacionais, culturais e assistenciais, dedicando-se em oferecer formação integral, educação infantil, ensino fundamental, médio e complementar, primando sempre pela alta qualidade, capacitação para o trabalho e a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na sociedade.

Ao longo de 2025, diante de cenários econômicos e políticos desafiadores, buscamos diariamente pela melhoria contínua, eficiência de nossas ações e o status de referência na transformação social, bem como as inúmeras conquistas que corroboram a filosofia e responsabilidade de permanecermos fiéis as nossas práticas. Os desempenhos operacionais e de gestão são frutos do envolvimento de todos os colaboradores que absorveram a cultura de melhoria presente no cerne da Entidade nos seus 68 anos de existência.

Relacionamento com o auditor independente

A Obras Passionistas São Paulo da Cruz declara que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram contratados com o auditor independente Paulo de Tarso Borges Ramos e/ou suas partes relacionadas, serviços profissionais que não sejam de auditoria externa.

A Diretoria coloca-se ao inteiro dispor dos membros associados para prestar quaisquer informações e esclarecimentos que V.Sas. julgarem necessárias.

Cariacica, ES, 31 de março de 2026.

Pe. Luiz Cláudio Alves Diniz

Presidente

**OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ**

CNPJ nº 28.068.005/0001-75

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Quadro I

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

Ativo	Nota	2025		2024		Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2025		2024	
Circulante						Circulante					
Atividade Educacional						Atividade Educacional					
Caixa e equivalentes de caixa	3.4	4.519.948	3.320.169			Contas a pagar aos fornecedores	3.9	88.781	86.535		
Mensalidades a receber	3.5	2.777.119	2.818.106			Benefícios a empregados	3.10	1.030.143	837.026		
Adiantamentos a empregados	3.6	338.661	237.188			Obrigações tributárias	3.11	158.707	46.011		
Outros ativos circulantes	3.15	67.150	20.095			Projetos a executar	3.12	719.573	549.790		
		7.702.878	6.395.558			Antecipações de mensalidades	3.13	752.326	669.321		
						Outros passivos circulantes	3.15	1.813	12.117		
								2.751.343	2.200.800		
Atividade Social						Atividade Social					
Caixa e equivalentes de caixa	3.4	239.901	311.906			Contas a pagar aos fornecedores	3.9	1.377			
Adiantamentos a empregados	3.6	1.876				Benefícios a empregados	3.10	16.571	11.187		
Outros ativos circulantes	3.15	537.828				Obrigações tributárias	3.11	1	2		
		779.605	311.906			Projetos a executar	3.12	764.781	306.259		
								782.730	317.448		
Atividade Religiosa						Atividade Religiosa					
Caixa e equivalentes de caixa	3.4	1.160.141	882.225			Contas a pagar aos fornecedores	3.9	63.236	10.421		
Outros ativos circulantes	3.15	49.211	88.168			Benefícios a empregados	3.10	20.962	21.165		
		1.209.352	970.393			Obrigações tributárias	3.11	151	92		
						Outros passivos circulantes	3.15	596			
Total do Ativo Circulante		9.691.835	7.677.857					84.945	32.508		
						Total do Passivo Circulante		3.619.018	2.550.756		
Não Circulante						Não Circulante					
Atividade Educacional						Atividade Educacional					
Depósitos judiciais	3.7		47.450			Obrigações Tributárias	3.11	303.154			
						Provisão para contingências	3.14	90.00	617.000		
Imobilizado - Educacional	3.8	3.680.307	4.007.092					393.154	617.000		
Imobilizado - Social	3.8	46.065	57.442			Total do Passivo Não Circulante		393.154	617.000		
Imobilizado - Religiosa	3.8	2.232.288	2.165.820			Total do Passivo		4.012.172	3.167.756		
Total do Ativo Não Circulante		5.958.660	6.277.804								
						Patrimônio Líquido					
						Patrimonial Social					
						Atividade Educacional	3.16	25.047.297	23.193.773		
						Atividade Social	3.16	(6.311.541)	(6.240.255)		
						Atividade Religiosa	3.16	(7.097.433)	(6.165.613)		
								11.638.323	10.787.905		
						Total do Patrimônio Líquido		11.638.323	10.787.905		
Total do Ativo		15.650.495	13.955.661			Total do Passivo e Patrimônio Líquido		15.650.495	13.955.661		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Quadro II

Demonstração do resultado do período

Exercícios findos em 31 de dezembro - Em reais

	2025	2024
Receitas Operacionais		
Atividade Educacional		
Mensalidades	9.804.657	8.629.403
Gratuidades - Bolsas de estudo - Assistência educacional	107.022	98.601
Bolsas de estudo - Convenção coletiva	525.797	466.176
Descontos de mensalidades	985.757	877.718
Doações e subvenções	20.394	14.788
Aluguéis	130.936	147.969
Projetos/convênios	1.238.987	1.059.019
Trabalhos voluntários	21.268	23.257
	12.834.818	11.316.931
Atividade Social		
Doações e subvenções	112.664	106.461
Projetos/convênios	292.342	274.341
	405.006	380.802
Atividade Religiosa		
Doações e subvenções	23.481	30.773
Aluguéis	17.360	
	40.841	30.773
Receitas Operacionais brutas	13.280.665	11.728.506
Deduções das receitas		
Custos com atividades educacionais	(3.195.445)	(2.800.649)
Custos com atividades sociais - Assistência social	(190.721)	(240.053)
Custos com gratuidades concedidas - Creche	(1.087.992)	(919.186)
Gratuidades - Bolsas de Estudo - Assistência Educacional	(107.022)	(98.601)
Bolsas de estudo - Convenção coletiva	(525.797)	(466.176)
Descontos de mensalidades	(985.757)	(877.719)
Trabalhos voluntários - Assistência educacional	(21.268)	(23.257)
	(6.114.002)	(5.425.641)
Resultado Bruto	7.166.663	6.302.865
Despesas Operacionais		
Atividade Educacional		
Administrativas e Gerais	(5.234.245)	(5.467.016)
Tributárias	(516.257)	(36.419)
Outras receitas e (despesas)	373.152	140.149
	(5.377.350)	(5.363.286)
Atividade Social		
Administrativas e Gerais	(281.429)	(139.889)
Tributárias	(4.337)	(3.950)
	(285.766)	(143.839)
Atividade Religiosa		
Administrativas e Gerais	(1.118.160)	(824.882)
Tributárias	(27.016)	(10.548)
Outras receitas e (despesas)	2.088	671.940
	(1.143.088)	(163.490)
	(6.806.204)	(5.670.615)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	360.459	632.250
(Despesas) Receitas financeiras		
Atividade Educacional		
Receitas financeiras	339.606	197.359
Despesas financeiras	(20.268)	(15.456)
	319.338	181.903
Atividade Social		
Receitas financeiras	195	282
Despesas financeiras		(763)
	195	(481)
Atividade Religiosa		
Receitas financeiras	174.469	67.979
Despesas financeiras	(4.042)	(3.905)
	170.427	64.074
	489.960	245.496
Superávit (Déficit) líquido do período	850.419	877.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ**

CNPJ nº 28.068.005/0001-75

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Quadro III

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais

	Nota	Patrimônio social	Superávit ou déficit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		9.910.158	-	9.910.158
Superávit líquido do período	3.17		877.746	877.746
Incorporação ao patrimônio social	3.16	877.746	(877.746)	
Saldos em 31 de dezembro de 2024		10.787.904	-	10.787.904
Superávit líquido do período	3.17		850.419	850.419
Incorporação ao patrimônio social	3.16	850.419	(850.419)	
Saldos em 31 de dezembro de 2025		11.638.323	-	11.638.323

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Quadro IV

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro

Em reais

	2025	2024
Fluxo de caixa das operações:		
Superávit (Déficit) líquido do período	850.419	877.746
Ajustes ao resultado líquido do período:		
Depreciação	475.613	462.114
Provisão para contingências	(527.000)	497.000
Redução (aumento) nos ativos:		
Mensalidades a receber	40.987	29.512
Adiantamentos a empregados	(103.349)	50.994
Depósitos judiciais	47.450	(2.030)
Outros ativos circulantes	(545.926)	38.414
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	56.438	(33.142)
Benefícios a empregados	198.298	72.642
Obrigações tributárias	111.924	1.716
Projetos a executar	628.305	185.420
Antecipações de mensalidades	83.005	50.292
Outros passivos circulantes	(9.708)	4.546
Exigível a Longo Prazo (Obrigações Tributárias)	303.154	
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	1.609.610	2.235.224
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:		
Aquisição de imobilizado	(203.920)	(134.520)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos	(203.920)	(134.520)
Variação líquida de Caixa	1.405.690	2.100.704
Demonstração da variação líquida de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	4.514.300	2.413.596
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.919.990	4.514.300
Variação líquida de caixa	1.405.690	2.100.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



1 Contexto operacional

A Obras Passionistas São Paulo da Cruz (“Entidade”), é uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, de natureza católica, de caráter beneficente, educacional, de assistência social, cultural e científica, fundada em 06 de março de 1958, com sede Rua Bolívia, nº 234, Jardim América, Cariacica, ES, e está presente nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

A Entidade tem por finalidade o desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e assistenciais, dedicando através da difusão dos valores humanos, éticos, e religiosos a formação integral, educação infantil, ensino fundamental, médio e complementar, atividades assistenciais e religiosas, primando sempre pela alta qualidade, capacitação para o trabalho e a formação de cidadãos mais conscientes e engajados na sociedade.

Os recursos necessários para manutenção de suas atividades são obtidos por meio de (a) doações; (b) convênios, parcerias e patrocínios estabelecidos com órgãos e entidades públicas ou privadas, para custeio, desenvolvimento ou execução de projetos; (c) receitas de mensalidades educacionais (d) excedentes financeiros apurados no final do seu exercício fiscal.

2 Base de apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) ou as normas completas, quando necessário, naqueles aspectos não abordados por esta Interpretação, adaptadas aos dispositivos legais e regulamentares da Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, e em conformidade com a Lei Complementar nº 187/2021.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas ao valor justo quando necessário. O resultado das operações obedece ao regime de competência de exercícios, conforme NE 3.17.

Não há novas normas ou pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 2026 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Entidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4 Aprovação das demonstrações contábeis

Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2026, data em que as demonstrações contábeis foram aprovadas pela diretoria.



3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente, salvo disposição em contrário.

3.1 Uso de estimativa

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou, também, em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.2 Redução ao valor recuperável de ativos

A Entidade efetua anualmente a verificação dos sinais internos e externos de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização. A administração concluiu que não houve perda por desvalorização no exercício que justificasse reconhecimento contábil decorrente desse procedimento.

3.3 Ajuste a valor presente

A Entidade avalia anualmente seus ativos e passivos para verificar a necessidade de ajustes a valor presente. A administração concluiu que não houve efeito relevante no exercício que justificassem reconhecimento contábil decorrente desse procedimento.

3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa

Provenientes dos valores disponíveis em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Atividade							
	Social		Educação		Religiosa		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Caixa					1.064	679	1.064	679
Depósitos bancários – Recursos livres	4.802	1.173	14.004	15.153	9.177	3.725	27.983	20.051
Depósitos bancários – Recursos c/ restrições			169	169			169	169
Aplicações financeiras – Recursos livres	318	4.474	3.786.371	2.755.226	1.149.900	877.821	4.936.589	3.637.521
Aplicações financeiras – Recursos c/ restrições	234.781	306.259	719.404	549.621			954.185	855.880
	239.901	311.906	4.519.948	3.320.169	1.160.141	882.225	5.919.990	4.514.300

Recursos livres, são recursos da entidade, livres de quaisquer restrições, e, recursos com restrições, são recursos que obedecem a finalidades específicas definidas em contratos, convênios e termos de parcerias, e outras determinações. As aplicações financeiras de liquidez imediata compreendem a investimentos em Certificados de Depósitos Bancário (CDB), indexados ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI ou DI), com risco insignificante de alterações de valor.



OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ

CNPJ nº 28.068.005/0001-75

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025

Em reais, exceto quando de outra forma indicado

3.5 Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são avaliadas pelo valor de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustados, quando necessário, ao valor provável de realização, e reconhecidas de acordo com o princípio da competência. A estimativa de perdas em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos de mensalidades a receber, e calculada com base no histórico de gestão de inadimplência, que representa aproximadamente 4,46% no exercício de 2024 e 3,56% no exercício de 2025 dos recebíveis.

	Colégio					
	Belo Horizonte - MG		Cariacica - ES		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Créditos Vincendos e Vencidos de Mensalidades	2.350.461	2.393.877	529.172	555.784	2.879.633	2.949.661
% Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3,56%	4,46%	3,56%	4,46%	3,56%	4,46%
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(83.676)	(106.767)	(18.838)	(24.788)	(102.514)	(131.555)
	2.266.785	2.287.110	510.334	530.996	2.777.119	2.818.106

3.6 Adiantamentos a empregados

São antecipações de recursos financeiros de férias aos colaboradores da entidade, conforme previsto na legislação trabalhista vigente a serem gozadas no início do exercício subsequente.

3.7 Depósitos judiciais

São depósitos judiciais e/ou bloqueados em conta corrente bancária determinados pelo Poder Judiciário. No exercício de 2025 o processo que demandava o depósito judicial foi totalmente liquidado.

3.8 Imobilizado

O ativo imobilizado compreende os bens tangíveis que são mensurados com base no custo de aquisição, já incluídos todos os custos atribuíveis para colocar o ativo em operação. Os bens são depreciados pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada a partir da data de sua entrada em operação. Os valores residuais e a vida útil econômica são revisados ao final de cada exercício, e ajustados quando necessário.

	Tempo de vida útil anos	Atividade							
		Social		Educativa		Religiosa		Total	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Terrenos				657	657	1.300.005	1.300.005	1.300.662	1.300.662
Edificações	25			6.024.595	6.024.595	941.844	742.390	6.966.439	6.766.985
Instalações	10	22.826	22.826	747.722	747.722	8.599	8.599	779.147	779.147
Móveis e Utensílios	10	63.590	61.005	881.732	853.819	193.526	188.676	1.138.848	1.103.500
Máquinas e Equipamentos	10	6.116	4.544	507.608	499.987	99.823	99.823	613.547	604.354
Veículos	5			178.298	178.298	352.400	223.400	530.698	401.698
Equipamentos de Informática	5	53.817	53.817	332.250	311.015	56.062	46.918	442.129	411.750
		146.349	142.192	8.672.862	8.616.093	2.952.259	2.609.811	11.771.470	11.368.096
Depreciação Acumulada		(100.284)	(84.750)	(4.992.555)	(4.609.001)	(719.971)	(643.445)	(5.812.810)	(5.337.196)
Obras em andamento							199.454		199.454
		46.065	57.442	3.680.307	4.007.092	2.232.288	2.165.820	5.958.660	6.230.354



3.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores referem-se às obrigações a pagar por bens e serviços, normalmente reconhecidas pelo valor da fatura correspondente, líquidas dos valores já pagos.

3.10 Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado por meio de provisão respeitando o regime de competência.

3.11 Obrigações Tributárias

Em virtude de ser uma associação civil com personalidade jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, a Entidade goza da imunidade de impostos sobre sua renda, patrimônio e serviços, por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C"; e das contribuições sociais por força do artigo 195, § 7º; todos da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988. As obrigações tributárias registradas no balanço patrimonial da Entidade estão relacionadas aos impostos e contribuições sociais retidos na fonte sobre serviços de terceiros e do parcelamento junto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte/MG do Auto de Infração (SUFIS/POSTURAS).

3.12 Projetos a executar

Referem-se a projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento, em acordos de cooperação e em convênios iniciados ou contratados a serem executados. Os projetos a executar com recursos provenientes de terceiros, e que no final dos mesmos têm que ser prestadas contas ao conveniente ou contratante, ficando toda a documentação a disposição na sede da Entidade para quaisquer verificações das despesas realizadas.

Órgão	Termo	Valor total do termo	Recebido		Realizado		A realizar	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prefeitura de Barbacena - MG	005/2022	310.368	62.320	60.703	55.171	48.862	66.143	59.236
Prefeitura de Barbacena - MG	007/2022	975.937	16.229	19.783		9.391	128.987	112.758
Prefeitura de Barbacena - MG	013/2023	983.763	21	5.999	14.793	204.639		14.855
Prefeitura de Barbacena - MG	024/2023	95.397		1.772		57.669		
Prefeitura de Barbacena - MG	032/2023	125.446		125.446		125.446		
Prefeitura de Barbacena - MG	037/2023	84.457	254	4.203	2	68.409		15.703
Prefeitura de Barbacena - MG	006/2024	2.534.324	1.392.603	1.141.721	1.224.194	719.544	590.586	422.177
Prefeitura de Barbacena - MG	014/2024	138.019	76.743	61.276	22.952	36.920	78.147	24.356
Prefeitura de Barbacena - MG	015/2024	276.697	7.253	269.444	214.217	62.480		206.964
Prefeitura de Barbacena - MG	016/2025	90.491	90.491				90.491	
Prefeitura de Barbacena - MG	023/2025	530.000					530.000	
		6.144.899	1.645.914	1.690.347	1.531.329	1.333.360	1.484.354	856.049
Atividade Social							764.781	306.259
Atividade Educacional							719.573	549.790



3.13 Antecipações de mensalidades

Referem-se a adiantamentos de matrículas relativas ao ano letivo subsequente. Esses montantes são levados ao resultado do período a que se referem, na medida em que exista a efetiva prestação dos serviços para os quais os pagamentos foram destinados.

3.14 Provisão para contingências

A provisão para as eventuais perdas decorrentes de processos judiciais é estimada e atualizada pela administração, amparada na opinião de seus consultores legais externos e internos. A assessoria jurídica da entidade mantém controle individual dos litígios classificando para cada litígio as possibilidades de perda ou ganho em: provável, possível ou remota. Sendo provável: a que tem muita chance de acontecer. Possível: a que tanto pode quanto não pode acontecer. E a remota: a que tem pouca chance de acontecer, conforme abaixo:

Natureza dos litígios:	Estimativa de perda		
	2025	2024	
	Provável	Provável	Possível
Trabalhista		527.000	
Cível	90.000	90.000	30.000
	90.000	617.000	30.000

3.15 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor, puder ser mensurado de forma segura. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a entidade tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses e classificados como não circulantes caso contrário.

3.16 Patrimônio social

O Patrimônio social representa a dotação inicial disponibilizada pelos instituidores, e, ao final do exercício os superávits ou déficits apurados são transferidos para o patrimônio social, ad referendum da Assembleia Geral, em aderência a ITG 2002 (R1), haja vista, a entidade não distribuir dividendos.

3.17 Resultado do exercício

O resultado das operações obedece ao regime de competência de exercícios, onde a administração efetua estimativas e adota premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores das receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

3.18 Cobertura de seguros

A administração avalia periodicamente os riscos com o objetivo de proteger a entidade de descontinuidade, de delimitar perdas materiais, e para cobrir eventuais sinistros em eventos por ela geridos, buscando no mercado coberturas compatíveis com cada necessidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Entidade possuía apólices de seguros contratados com terceiros, para cobertura de riscos de danos materiais, sendo declarado o valor em risco de R\$ 56.406.000, integralmente cobertos.



3.19 Benefícios concedidos – Gratuidades

Abaixo, encontra-se o demonstrativo do número de estudantes beneficiados pelo Art. 20 da Lei Complementar nº 187/21 e do Decreto nº 11.791/23 para manutenção do CEBAS, emitido pelo Ministério da Educação-MEC:

Educação Básica de 2025 (Art 20 da lei complementar 187/2021, Lei 12.868/2013 e Decreto 11.791/23).	2025	2024
Total de Alunos Matriculados	929	877
(-) Alunos inadimplentes conforme art. 13 C § 2º	(7)	(6)
(=) Subtotal	922	871
(-) Bolsistas Integrais Lei complementar 187/2021	(3)	(3)
(-) Bolsistas Integrais (Tempo Integral) art. 13 § 4º II	(196)	(172)
(-) Bolsistas Integrais Convenção Coletiva (sem perfil)	(9)	(7)
(=) Total de Alunos Pagantes	714	689
Total mínimo de bolsistas integrais por aluno 1x5 (Lei complementar 187/2021 – Básica)	142	137
Bolsistas Parciais (50%) Lei complementar 187/2021	7	7
Total de bolsas integrais concedidas considerando a conversão das bolsas de 50% em integrais (Inciso II do § 1º do art. 13)	280	246
Excedente de bolsas da instituição	138	109
Alunos bolsistas integrais convertidos (Tempo Integral) art. 13 § 4º II	274	240
Alunos bolsistas (50%) – conversão para 100%	3	3

Para tanto, baseado na lei complementar 187/2021 em conjunto com as alterações trazidas pela Lei 12.868/2013 e sua regulamentação dada pelo decreto 11.791/2023 e bem como os demais diplomas regulamentares do Ministério da Educação, podemos observar que a Obras Passionistas São Paulo da Cruz atendeu as quantidades mínimas de bolsas exigidas nas respectivas legislações ficando com o excedente de 138 (cento e trinta e oito) bolsas filantrópicas no exercício de 2025 e de 109 (cento e nove) bolsas filantrópicas no exercício de 2024.

Outras bolsas de estudo não são computadas para fins de cumprimento da gratuidade. No entanto, cumprem as finalidades estatutárias da Entidade, normas internas e convenções coletivas trabalhistas. A Entidade realiza programas de inclusão social na área de educação e disponibiliza bolsas de estudo, de forma integral e/ou parcial e descontos como demonstrados a seguir:

- a) Bolsas de Estudo – Convenção Coletiva (Dissídios) - entre a Obras Passionistas São Paulo da Cruz e SIMPRO/MG e o SAAE/MG.
- b) Descontos de Mensalidades:
 - . Descontos comerciais (institucionais),
 - . Descontos (Irmãos)
 - . Desconto Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, conforme lei ordinária municipal sob o nº. 1159 de 08/12/1964.



3.20 Benefícios obtidos - Gratuidades

Referem-se às renúncias fiscais relacionadas com a atividade da Entidade. Não são evidenciadas nas demonstrações contábeis como se as obrigações devidas fossem, mas demonstradas apenas nas notas explicativas, em atendimento a ITG 2002 (R1), calculadas sobre o valor global das receitas e sobre o superávit líquido contábil apurado na demonstração do resultado do exercício, quando aplicável, calculadas com base nas alíquotas vigentes na data do fechamento do balanço.

Benefícios obtidos – Gratuidades	2025	2024
INSS Patronal	1.728.286	1.558.355
ISS	582.041	513.138
COFINS	349.225	307.883
	2.659.552	2.379.376

3.21 Trabalho voluntário

Conforme determina a ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável as Entidades sem Fins de Lucros, a Entidade identificou e mensurou, no exercício de 2025 e de 2024 os trabalhos voluntários. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos conforme abaixo:

	2025	2024
Trabalho voluntário na Atividade Educacional	21.268	23.257
	21.268	23.257

Referido valor, não teve desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecido em 2025 e em 2024, como receita e despesa operacional na demonstração de superávit, em montantes iguais, sem efeitos no superávit do período.

3.22 Imunidade tributária e cumprimento do Art. 14 do Código Tributário Nacional – CTN

- A Entidade aplica integralmente o seu eventual resultado líquido na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional, conforme previsto em seu Estatuto Social, art. 71;
- A Entidade não distribui lucros, dividendos ou bonificações, conforme previsto no seu Estatuto Social, art. 72;
- A Entidade mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão.

3.23 Livro diário

A presente Demonstração Contábil encontra-se reconhecida no Livro Diário da Entidade, aguardando aprovação final pelos respectivos órgãos competentes para o devido arquivamento.

3.24 Termo de responsabilidade

A Entidade assume plena responsabilidade pela fidedignidade da presente Demonstração Contábil.



OBRAS PASSIONISTAS SÃO PAULO DA CRUZ

CNPJ nº 28.068.005/0001-75

Notas explicativas às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025
Em reais, exceto quando de outra forma indicado

3.25 Conselho diretor

Mandato: 2023 a 2027

Presidente:

Pe. Luiz Claudio Alves Diniz

Vice-Presidente:

Pe. Roberto Moreira de Sousa Neto

Secretário:

Pe. Edilberto Junior da Cruz

Tesoureiro:

Pe. Alex Antonio Favarato

3.26 Conselho fiscal

Mandato: 2023 a 2027

Membros:

Pe. Francisco de Paulo

Pe. Roberto Luis Ferreira

Pe. Victor Franco Soares

Suplente:

Pe. Paulo Sergio Miranda

3.27 Contabilidade:

Wanderson Leão Borges Aleixo

Contador CRC ES-013171/O-5

Leão Serviços Contábeis Ltda.

CRC ES-004144/O-6

XXX

Pe. Luiz Claudio Alves Diniz
Presidente

Wanderson Leão Borges Aleixo
Contador CRC ES-013171/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Conselheiros da
Obras Passionistas São Paulo da Cruz
Cariacica, ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Obras Passionistas São Paulo da Cruz (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Obras Passionistas São Paulo da Cruz em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se



concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos não haver relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar nossa independência.

Vitória, ES, 31 de março de 2026.

Paulo de Tarso Borges Ramos
Contador CRC-ES nº RJ-050191/O

Correspondências: Rua Ludwik Macal, 390/402
Jardim da Penha - Vitória - ES
CEP 29060-030

Telefone: (27) 99981-3404
E-mail: prauditores@gmail.com

